

O Senhor Ministro Edson Fachin (Relator):

1. Trata-se de pedido de extradição instrutória apresentada pelo Governo dos Estados Unidos da América contra o nacional colombiano Guillermo Amaya Nungo, em decorrência de recebimento de pronúncia pelo Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Leste do Texas e pelo Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito de Columbia, com ordem prisional expedida, para que o extraditando responda naquele país pela suposta prática dos crimes de organização criminosa e de tráfico internacional de drogas.

A pronúncia recebida pelo **Tribunal Federal dos Estados Unidos do Distrito Leste do Texas – Divisão Sherman**, fls. 78/84, descreve a prática das seguintes condutas:

Imputação 1 : Violação de art. 21 do Código dos Estados Unidos, Seção 963 - Conspiração para importar cinco quilogramas ou mais cocaína e para fabricar e distribuir cinco quilogramas ou mais de cocaína, com intenção, e sabendo que a cocaína será importada ilegalmente para os Estados Unidos.

Quanto aos fatos, narra que:

Por volta de 2002, a data exata desconhecida pelo Júri de Pronúncia, e continuando inclusive até a data do protocolamento desta Pronúncia, na República da Colômbia, na República do México, no Distrito Leste do Texas e em outros lugares, os réus e outros conhecidos e desconhecidos do Júri de Pronúncia **combinaram, conspiraram, se alinharam, consciente e intencionalmente, e concordaram em cometer as seguintes ofensas contra os Estados Unidos** : (1) importar consciente e intencionalmente cinco quilogramas ou mais de uma mistura e substância contendo uma quantidade detectável de cocaína, uma substância controlada da lista II, para os Estados Unidos, proveniente das repúblicas da Colômbia e do México, violando ao artigo 21, do Código dos Estados Unidos" Seções 952 e 960, e (2) fabricar e distribuir, consciente e intencionalmente, cinco quilogramas ou mais de uma mistura e substância contendo uma quantidade detectável de cocaína, uma substância controlada na lista II, com a intenção e sabendo que essa substância seria ilegalmente importada para Estados Unidos, violando o artigo 21, do Código dos

Estados Unidos, Seções 959 e 960. Em violação ao artigo 21 U Código dos Estados Unidos, Seção 63.

Imputação 2: Violação do Artigo 21, do Código dos Estados Unidos, Seção 959 e 18, do Código dos Estados Unidos, Seção 2 - Fabricação e distribuição de cinco quilogramas ou mais de cocaína com a intenção e o conhecimento de que a cocaína será ilegalmente importada para os Estados Unidos.

Descreve a peça a ocorrência das seguintes condutas:

Por volta de 2002, a data exata desconhecida pelo Júri de Pronúncia, e continuando inclusive até a data do protocolamento desta Pronúncia, na República da Colômbia, na República do México, no Distrito Leste do Texas e em outros lugares, os réus, ajudados e instigados um pelo outro, **fabricaram e distribuíram, consciente e intencionalmente, cinco quilogramas ou mais de uma mistura e substância contendo uma quantidade detectável de cocaína, substância controlada na Lista II**, com a intenção e sabendo que essa cocaína seria ilegalmente importada para os Estados Unidos. Em violação aos artigos 21 Código dos Estados Unidos, Seção 959 e 18 Código dos Estados Unidos, Seção 2.

Segundo a declaração juramentada do agente especial da DEA Ryan J. Bailey, fls. 88/93, a apuração dos fatos coletou os seguintes elementos:

RESUMO:

7. Uma investigação das autoridades policiais dos EUA identificou uma organização de tráfico de drogas (DTO) sediada na Colômbia, responsável pela importação de grandes quantidades de cocaína para os Estados Unidos. A DTO utiliza uma infraestrutura sofisticada para fabricar, adquirir, armazenar, transportar e distribuir cocaína. Isso inclui o uso de reboques e outros veículos a motor que contenham compartimentos ocultos para transportar cocaína de laboratórios clandestinos de drogas na Colômbia, à espera de aeronaves, lanchas rápidas, navios de carga e outras embarcações marítimas. A cocaína é normalmente contrabandeada para Belize, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Honduras, Guatemala, República Dominicana e ou México a caminho do Norte. Partes dos envios de cocaína são contrabandeados

para os Estados Unidos para distribuição posterior. Os proventos resultantes do tráfico são então transportados dos Estados Unidos de volta para e através dos países mencionados acima.

8. A investigação identificou AMA Y A NUNGO como um dos membros da DTO na Colômbia. Suas funções na DTO incluem a aquisição de aeronaves para o transporte de cocaína, a organização de pistas de pouso clandestinas ao longo das rotas de contrabando e a coordenação de esforços para evitar a detecção das autoridades de lei e ordem durante operações de contrabando.

PROVAS:

Comunicações sobre tráfico de drogas legalmente interceptadas.

9. Por volta de 2007, as autoridades começaram a interceptar legalmente as comunicações de vários telefones usados pelos membros da DTO para facilitar suas atividades de tráfico de drogas, incluindo AMA YA NUNGO. Essas comunicações interceptadas legalmente ocorreram em mais de 900 telefones e capturaram membros da DTO coordenando empreendimentos de cocaína, organizando a compra e o uso de aeronaves e discutindo apreensões de cargas de cocaína na DTO, incluindo os seguintes:

- a. apreensão de 97 kg de cocaína na República Dominicana em setembro de 2008;
- b. apreensão de mais de 1.080 kg de cocaína perto de Uraba, Colômbia, em outubro de 2008;
- c. apreensão de mais de 283 kg de cocaína em Medellín, Colômbia, em dezembro de 2008;
- d. apreensão de mais de 670 kg de cocaína em Cartagena, Colômbia, em dezembro de 2008;
- e. apreensão de mais de 390 kg de cocaína em Buenaventura, Colômbia, em abril de 2009;
- f. apreensão de mais de 326 kg de cocaína em Ibaguè, Colômbia, em agosto de 2009; e
- g. apreensão de mais de 104 kg de cocaína em Cali, Colômbia, em agosto de 2009.

10. Em dezembro de 2007, AMAYA NUNGO e vários membros do DTO foram interceptados legalmente em comunicações discutindo os preparativos para o transporte de uma carga de 2.500 kg de cocaína da Colômbia para a Guatemala a caminho dos Estados Unidos. Eles identificaram um avião da DTO com o número de matrícula panamenha HP-1607 como a aeronave a ser usada para o empreendimento de contrabando. AMAYA NUNGO e seus associados notaram que incorreriam em US\$ 90.000 em despesas para usar o HP-1607 e que o preço de venda da cocaína variaria de US\$ 12.000 a US\$ 17.000 por quilograma, dependendo de onde foi

entregue. Eles discutiram ainda o fato de terem conseguido o uso de uma pista de pouso clandestina perto de Caucaasia, Colômbia, de propriedade da integrante da DTO Maria Patrícia Rodriguez Monsalve, e que precisavam encontrar outra pista de pouso para o HP-1607 na Guatemala. AMAYA NUNGO e seus associados também discutiram as precauções necessárias para garantir que o HP-1607 pudesse viajar pelo espaço aéreo colombiano sem ser detectado pela Força Aérea da Colômbia, ou Fuerza Aérea Colombiana (FAC).

11. Por volta de 9 de dezembro de 2007, AMAYA NUNGO foi legalmente interceptado nas comunicações, informando a um membro da DTO que ele tinha "30 milhões" de pesos que ele precisava "depositar" para o "caminhão leve". Com base em muitas outras comunicações interceptadas envolvendo AMA Y A NUNGO e outros membros da DTO, os agentes reconheceram essa linguagem como uma referência codificada para fazer acordos financeiros para contrabandear uma remessa de cocaína a bordo de um pequeno avião ("caminhão leve"). Por volta de 19 de dezembro de 2007, AMA YA NUNGO e um membro da DTO foram interceptados legalmente nas comunicações, discutindo a necessidade de AMAYA NUNGO conversar com um cliente sobre os "10% de juros" que estão sendo cobrados "do outro lado". Baseando-se em várias comunicações interceptadas da DTO, os agentes reconheceram essa linguagem como uma referência codificada a uma taxa de entrega cobrada por uma parte responsável pela entrega de uma carga de cocaína no México ou na Guatemala ("o outro lado").

12. Por volta de 20 de dezembro de 2007, as autoridades da FAC detectaram o HP-1607 entrando ilegalmente no espaço aéreo colombiano do Panamá. As autoridades da FAC examinaram a aeronave da DTO enquanto viajava para uma pista de pouso clandestina perto de Caucaasia, Colômbia. Enquanto isso, os investigadores interceptaram de forma independente as comunicações entre AMA Y A NUNGO e outros membros da DTO, observando a presença da aeronave FAC e discutindo os esforços para alertar os pilotos do HP-1607. Depois que o HP-1607 pousou na pista, as autoridades da FAC tentaram entrar em contato com seus ocupantes por meio de comunicações por rádio e sobrevoos, mas não receberam resposta. As autoridades da FAC destruíram o HP-1607, enquanto este estava desocupado na pista de pouso.

13. Um réu colaborador (CD-1) que é ex-membro da DTO e pessoalmente envolvido em operações de tráfico de drogas com AMA Y A NUNGO forneceu informações substanciais sobre a conduta criminal de AMA Y A NUNGO, incluindo o envolvimento de AMAYA NUNGO na operação de contrabando de cocaína envolvendo a HP-1607. O CD-1 confirmou que quando as autoridades da FAC interditaram o HP-1607, ele estava a caminho da Colômbia

para coletar 2.500 kg de cocaína a ser transportada para a Guatemala para posterior transporte para os Estados Unidos. O CD-1 confirmou ainda que a pista de aterrissagem onde o HP-1607 foi destruído pelas autoridades da FAC era de propriedade de outro membro da DTO e havia sido usada em outras ocasiões para transportar e entregar cargas de cocaína da DTO. Os investigadores corroboraram as informações fornecidas pelo CD-1 por meio de comunicações, vigilância, apreensões de drogas e outros meios interceptados legalmente e consideraram o CD-1 extremamente confiável.

14. As informações fornecidas pelo CD-1, juntamente com comunicações interceptadas legalmente, apreensões de drogas e confisco de moedas da DTO durante esta investigação, os padrões de tráfico utilizados e o uso predominante da moeda norte americana, estabelecem que AMA Y A NUNGO sabia e pretendia que as cargas de cocaína que ele facilitou eram destinadas à importação e distribuição nos Estados Unidos.

A pronúncia do júri do **Tribunal Federal dos Estados Unidos para o Distrito de Columbia** acusa o extraditando nos seguintes termos:

Imputação 1 : Por volta de 22 de abril de 2014, e continuando até a data do protocolo desta pronúncia, as datas exatas são desconhecidas pelo Júri de Pronúncia, em Belize, Guatemala, Venezuela, México, Honduras, Estados Unidos e outros países, os réus DUBLER EUCLIDES INOCENCIO MORENO, também conhecido como "Boliche", "Boli", "Chiguiro'i, YAZENKY LAMAS, também conhecido como "Padrino", **GUILLERMO AMAYA NUNGO**, também conhecido como "Linis Orozco Rodriguez", "José Ramiro", "Jose Ramiro Gomez", "Jose Ramiro Gomez- Aristizabal", "Saul", "Efrain", "Zaragoza", "Jose", " Jose Jose", " Luis Espana" e "Melquisidec", ULISES VILLALOBOS BODAS, também conhecido como "Lezaro Levante", e outros conhecidos e desconhecidos pelo Júri de Pronúncia, conscientemente, voluntariamente e intencionalmente combinaram, conspiraram, confederaram e concordaram em cometer o seguinte crime contra os Estados Unidos: distribuir conscientemente e intencionalmente e possuir, com a intenção de distribuir, a bordo de uma aeronave registrada nos Estados Unidos, Um King Air 200 com o registro N1549 nos Estados Unidos, mistura e substância contendo uma quantidade detectável de cocaína, substância controlada de Classe II, violando a Seção 959(b), do Artigo 21 do Código dos EUA (U.S.C.), tudo em violação à Seção 963 do Artigo 21, e a Seção 2 do Artigo 18, ambos do Código dos EUA.

Com relação a cada réu, a substância controlada envolvida na conspiração atribuível a ele como resultado de sua própria conduta, e a conduta de outros conspiradores razoavelmente previsíveis para ele, é de cinco quilos ou mais de uma mistura e substância contendo uma quantidade detectável de cocaína em violação à Seção 960(b)(1)(B)(ii) do Artigo 21 do Código dos EUA.

(Conspiração para distribuir e posse, com a intenção de distribuir, de cinco quilos ou mais de cocaína a bordo de uma aeronave registrada nos Estados Unidos, em violação às Seções 959(b), 960(b)(1)(B)(ii) e 963 do Artigo 21, e a Seção 2 do Artigo 18, ambos do Código dos EUA).

Imputação 2: Por volta de 27 de abril de 2014, em Belize, Guatemala, Venezuela, México, Honduras, Estados Unidos e em outros lugares, os réus DUBLER EUCLIDES INOCENCIO MORENO, também conhecido como "Boliche", "Boli", "Chiguiro", YAZENKY LAMAS, também conhecido como "Padrino", GUILLERMO AMA YA NUNGO, também conhecido como "Linis Orozco Rodriguez", "José Ramiro", "Jose Ramiro Gomez", "Jose Ramiro Gomez- Aristizabal", "Saul", "Efrain", "Zaragoza", "Jose", "Jose Jose", "Luis Espana" e "Melquisidec", ULISES VILLALOBOS BODAS, também conhecido como "Lezaro Levante", e outros conhecidos e desconhecidos pelo Júri de Pronúncia, com conhecimento, voluntária e intencionalmente estavam em posse de, com a intenção de distribuir, a bordo de uma aeronave registrada nos Estados Unidos, cinco quilos ou mais de mistura e substância contendo uma quantidade detectável de cocaína, substância controlada de Classe II, em violação às Seções 959(b) e 960(b)(1)(B)(ii) do Artigo 21, e à Seção 2 do Artigo 18, ambos do Código dos EUA.

(Posse com intenção de distribuir cinco quilos ou mais de cocaína, a bordo de uma aeronave registrada nos Estados Unidos, violando as Seções 959(b) e 960 do Artigo 21, e a Seção 2 do Artigo 18, ambos do Código dos EUA.)

O agente especial da DEA, Chadwick Edmondson, fls. 162/167, detalhou as informações colhidas nas investigações:

I. CONTEXTO

6. Esta investigação revelou que AMA Y A NUNGO e outros eram membros de uma organização de narcotráfico (DTO) que, desde abril de 2014, conspirou para transportar quantidades em múltiplas toneladas de cocaína a bordo de aeronaves registradas nos Estados Unidos. Em pelo menos uma ocasião, AMAYA NUNGO e seus co-conspiradores, pronunciados e não-pronunciados transportaram com

sucesso 1.600 kg de cocaína a bordo de uma aeronave registrada nos Estados Unidos, da Venezuela para Honduras (Aeronave de Honduras).

7. As informações obtidas de interceptações lícitas e judicialmente autorizadas de comunicações eletrônicas conduzidas pela DEA, bem como de co-conspiradores, indicam que AMAYA NUNGO e outros conspiraram para usar aeronaves registradas nos EUA para transportar cocaína. Conforme descrito a seguir, essas interceptações registraram AMAYA NUNGO discutindo várias etapas da conspiração, incluindo a logística para evitar com êxito autoridades policiais legítimas, ao pilotar aeronaves de tráfico de drogas para e da Venezuela em troca de pagamentos de suborno em dinheiro e cocaína. Em especial, AMAYA NUNGO foi interceptado nas comunicações, fornecendo planos e altitudes de voo específicos, instruções específicas para o recebimento da aeronave em terra na Venezuela e coordenadas específicas em relação aos eventos de tráfico de drogas. Além disso, as comunicações interceptadas revelaram que AMAYA NUNGO parecia estar supervisionando todas as operações e planejamentos envolvendo o recebimento e carregamento das aeronaves, e transporte de cocaína da Venezuela.

EVIDÊNCIA

8. A partir de 2013, os oficiais da DEA coletaram interceptações lícitas e autorizadas judicialmente de comunicações eletrônicas de membros da organização de tráfico de drogas (DTO), durante as quais as comunicações de AMAYA NUNGO e de outros corréus foram interceptadas. Muitas dessas comunicações estão relacionadas com a aquisição de aeronaves registradas nos EUA, agendamento de aeronaves, logística de voos e eventuais ganhos financeiros decorrentes de viagens bem-sucedidas do narcotráfico.

Especificamente, as interceptações das comunicações de AMAYA NUNGO estabelecem que o réu foi crucial para o sucesso da aeronave de Honduras em abril de 2014.

9. Como resultado dessas interceptações lícitas de comunicações eletrônicas, e entrevistas, a DEA identificou AMAYA NUNGO como o principal coordenador de transporte para grandes quantidades de cocaína, supervisionando especificamente as "operações" necessárias para utilizar com sucesso aeronaves para transportar cocaína dentro da Venezuela. Além disso, as evidências estabelecem que AMAYA NUNGO supervisionou as operações relacionadas à aeronave de Honduras em abril de 2014. Em abril de 2014, AMAYA NUNGO coordenou o deslocamento da aeronave de Honduras desde o México até Belize, onde a aeronave foi preparada e montada antes de viajar para a Venezuela com o propósito de transportar aproximadamente 1.600 kg de cocaína. Quando a aeronave chegou em Belize, AMAYA NUNGO coordenou modificações cosméticas, alterando o número

exibido na deriva, na tentativa de evitar a detecção pelas autoridades policiais.

Além das alterações feitas na aeronave, AMAYA NUNGO providenciou o reabastecimento da aeronave, e o pessoal usado para pilotar a aeronave no voo de transporte. Depois que a aeronave partiu de Belize e se aproximou do espaço aéreo venezuelano, AMAYA NUNGO continuou a monitorar a localização e os deslocamentos da aeronave, através de imagens de radar venezuelano. AMAYA NUNGO então atualizou os co-conspiradores alertando-os para se prepararem para a chegada da aeronave. Depois que a aeronave de Honduras chegou à pista predeterminada na Venezuela, os co-conspiradores se reportaram ao AMAYA NUNGO fornecendo o status atualizado do evento de tráfico de cocaína.

AMAYA NUNGO monitorou, então, o voo de saída da aeronave, assegurando que a aeronave não fosse interdita pelas autoridades venezuelanas. Assim que a aeronave estava a poucos minutos do pouso em Honduras, AMAYA NUNGO reportou a localização da aeronave e o horário previsto de chegada. Quando os co-conspiradores reportaram ao AMAYA NUNGO que a aeronave não chegou à pista predeterminada em Honduras, AMAYA NUNGO liderou o esforço da DTO para localizar a aeronave e os 1.600 kg de cocaína a bordo da aeronave.

10. Além disso, desde o evento de abril de 2014, as comunicações de AMAYA NUNGO foram legalmente interceptadas e registradas por Fontes Confidenciais (CS) que atuaram em nome da Agência de Combate às Drogas dos EUA, quando ele discutia o resultado do evento de abril de 2014 e outros eventos, bem e malsucedidos, de transporte de quantidades de milhares de quilogramas de cocaína a bordo de aeronaves registradas nos EUA.

2. Na hipótese *sub examine*, verifico que é o caso de se deferir o pedido de extradição instrutória.

Constato que o pedido foi formulado, pela via diplomática, com base no Tratado de Extradição celebrado entre Brasil e Estados Unidos em 13 de janeiro de 1961 e promulgado pelo Decreto n. 55.750, de 11 de fevereiro de 1965, aplicando-se, no que couber, a Lei 13.445/2017.

Em revista dos autos, depreendo que os documentos que formalizam esta extradição atendem aos requisitos indispensáveis, conforme disciplinado no art. 88 da Lei 13.445/2017 e também nos artigos II, 27; III, 1; e IX, 1 e 2, da norma convencional.

Haure-se que o extraditando é cidadão colombiano e teria praticado crimes comuns legitimamente apurados pelos Estados Unidos da América, não se constatando julgamento por juízo ou tribunal de exceção, ou *ad hoc* (art. V, 4, do Decreto n. 55.750, de 11 de fevereiro de 1965).

Não ressuma dos autos qualquer evidência de que o extraditando tenha sido julgado, condenado ou absolvido no Brasil pelos mesmos fatos delituosos ensejadores dessa extradição, e tampouco se nota a incidência de hipótese normativa de preponderância da competência da Jurisdição brasileira. Afasta-se, pois, a hipótese de recusa facultativa à extradição prevista na norma convencional (art. V, 1, do Decreto n. 55.750, de 11 de fevereiro de 1965).

Em hipóteses similares, este Supremo Tribunal já reconheceu a competência internacional concorrente estatuída pela Convenção Única de Nova York sobre Entorpecentes, sem nulificar, porém, a eventual atuação persecutória dos outros Estados atingidos (Precedentes: EXT 1.499, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, DJe de 20.3.2018; EXT 12.5.2015, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 29.6.2015; EXT 1.151, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJe de 17.3.2011).

Em casos análogos, a legislação penal brasileira comina sanção penal privativa de liberdade máxima superior a 2 anos.

Não consta notícia de que o extraditando tenha sido indultado, ou mesmo contemplado pela concessão de anistia, graça, refúgio ou asilo territorial no Brasil (art. 82, IX, da Lei de Migração - Lei n. 13.445/2017).

Inexistem razões sólidas que tornem plausível a hipótese de que o cidadão reclamado possa ser subjugado a atos de perseguição e/ou discriminação em decorrência de raça, religião, sexo, nacionalidade, língua, condição social e/ou pessoal, tampouco se antevendo evidências concretas de que a sua situação jurídica venha a ser agravada por quaisquer desses elementos.

Em desfecho, não se cogita índole exclusivamente militar aos fatos motivadores desse pedido, os quais estão tipificados na legislação penal comum (art. V, 5, do Decreto n. 55.750, de 11 de fevereiro de 1965).

Configurados, portanto, os requisitos gerais (Lei n. 13.445/2017) e específicos (art. V, 5, do Decreto n. 55.750, de 11 de fevereiro de 1965).

3.1. Dupla tipicidade

Da análise dos autos, as pronúncias dos júris do **Tribunal Federal dos Estados Unidos do Distrito Leste do Texas – Divisão Sherman**) e do **Tribunal Federal dos Estados Unidos para o Distrito de Columbia**, faz dessumir que o Governo do Estados Unidos deduz esse pedido de extradição em desfavor do nacional colombiano para que ele seja definitivamente julgado por delitos disciplinados naquele país como:

Conspiração para importar cinco quilogramas ou mais cocaína e para fabricar e distribuir cinco quilogramas ou mais de cocaína, com intenção, e sabendo que a cocaína será importada ilegalmente para os Estados Unidos. (art. 21 do Código dos Estados Unidos, Seção 963).

Fabricação e distribuição de cinco quilogramas ou mais de cocaína com a intenção e o conhecimento de que a cocaína será ilegalmente importada para os Estados Unidos. (Artigo 21, do Código dos Estados Unidos, Seção 959 e 18, do Código dos Estados Unidos, Seção 2).

Conspiração para distribuir e posse, com a intenção de distribuir, de cinco quilos ou mais de cocaína a bordo de uma aeronave registrada nos Estados Unidos. (Seções 959(b), 960 (b) (1) (B) (ii) e 963 do Artigo 21, e a Seção 2 do Artigo 18, ambos do Código dos EUA

Posse com intenção de distribuir cinco quilos ou mais de cocaína, a bordo de uma aeronave registrada nos Estados Unidos (Seções 959 (b) e 960 do Artigo 21, e a Seção 2 do Artigo 18, ambos do Código dos EUA).

No ordenamento pátrio, infere-se que tais condutas são incriminadas como “*tráfico internacional de drogas*”, com previsão típica no art. 33, *caput* c.c. art. 40, I, da Lei 11.343/2006 e “*associação para o tráfico internacional de drogas*”, conduta prevista no art. 35, *caput* c.c. art. 40, I, também daquele diploma legal.

3.2. Dupla punibilidade

Constata-se, ademais, a higidez da pretensão punitiva estatal, quer sob a óptica da lei americana, quer sob a óptica da lei brasileira.

Verifica-se que os fatos pelos quais o extraditando é acusado teriam ocorrido no ano de 2007 (Pronúncia do Tribunal do Texas) e de 2014 (Pronúncia do Tribunal do Columbia), cujas penas de prisão são de no

mínimo de 10 (dez) anos e a máxima, de prazo perpétuo. Segundo preconizado pelo art. 18, do Código dos Estados Unidos, *“(a) em geral - exceto quando expressamente previsto por lei, nenhuma pessoa deve ser processada, julgada ou punida por qualquer ofensa, não capital, a menos que a pronúncia seja emitida ou a informação seja instituída dentro de cinco anos após a ofensa ter sido cometida.”* As pronúncias foram apresentadas em 15/10/2009 e 4/11/2015, respectivamente. Hígida, por conseguinte, a pretensão punitiva do Estado requerente.

De maneira análoga, pela lei brasileira, não estaria configurada a prescrição, eis que, com a incidência da majorante da internacionalidade, as penas máximas cominadas aos delitos sob análise são superiores a 12 (doze) anos, redundando no lapso prescricional de 20 (vinte) anos (art. 109, I, do Código Penal).

Logo, à míngua de qualquer outra causa extintiva da punibilidade a ser considerada, depreendo caracterizado o requisito em exame.

4. Teses Defensivas

A defesa alegou que o presente pedido de extradição consiste em retaliação à recusa do Estado espanhol em entregar ao Estados Unidos, o ex-militar venezuelano Hugo Carvajal, acusado de tráfico internacional de drogas.

A informação surgiu durante o interrogatório do extraditando, mas não foi devidamente comprovada, seja porque não veio aos autos documentos que demonstrassem a ocorrência do pedido de extradição ao Governo da Espanha, bem como ausente também cópia da decisão da Suprema Corte daquele país, que teria negado o pedido.

Ainda que tivesse vindo aos autos a comprovação acerca da apresentação e do indeferimento do pedido levado ao Estado espanhol, seria necessário que se demonstrasse ter sido este último evento, a causa exclusiva para a apresentação deste requerimento ao Governo brasileiro, o que efetivamente não se verificaria, pois conforme todos os documentos que instruem o presente pedido, este está amparado nas acusações de prática de crimes comuns previstos nas leis americanas e brasileiras.

Conforme verifico, o pedido de extradição foi motivado pelo recebimento de pronúncias de acusação e expedição de mandado de prisão,

por órgãos judiciais de um Estado considerado democrático e de direito, contra o extraditando.

Não há que se cogitar em reconhecer a natureza de crime político na qualificação das condutas descritas no pedido de extradição. Não há na descrição dos fatos imputados, narrativas que revelem estivessem o extraditando praticando atos contestadores da soberania, do regime político ou social vigentes no Estado requerente.

Na ordem jurídica brasileira, as condutas consideradas como crimes políticos, nova denominação dada aos tipos descritos na Lei de Segurança Nacional, *Lei nº 7.170/83* (RC 1468 segundo, Relator: ILMAR GALVÃO, Relator p/ Acórdão: MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 23/3 /2000, DJ 16-08-2002 PP-00089 EMENT VOL-02078-01 PP-00041), não se amoldam às ações atribuídas ao extraditando.

Ainda que não se tratasse de tipo previsto na legislação específica citada, não é possível reconhecer, na linha da doutrina subjetiva adotada pelo STF, dolo especial de agir, consubstanciado no desiderato político para que se aperfeiçoasse a infração política, conforme consignado no já mencionado julgado:

1. *Como a Constituição não define crime político, cabe ao intérprete fazê-lo diante do caso concreto e da lei vigente.*

2. *Só há crime político quando presentes os pressupostos do artigo 2º da Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/82), ao qual se integram os do artigo 1º: a materialidade da conduta deve lesar real ou potencialmente ou expor a perigo de lesão a soberania nacional, de forma que, ainda que a conduta esteja tipificada no artigo 12 da LSN, é preciso que se lhe agregue a motivação política. (STF RC 1468 segundo, Rel. Min. Ilmar Galvão, Rel. p/ Acórdão Min. Maurício Corrêa, DJ 16.8.2000)*

Ademais, se fosse plausível a alegação de perseguição política apresentada pela defesa, o extraditando, no mínimo, teria pleiteado, concessão da condição de refugiado nos termos da Lei 9.474/1997

Assim, não verifico hipótese de entrega de estrangeiro para responder, no país requerente, por infrações que não sejam estritamente penais comuns. Não havendo nestes termos, o impedimento previsto no art. 5º, LII, da Constituição e no art. 82, inciso VII, da Lei 13.445/2017.

Quanto aos compromissos a serem assumidos pelo Estado requerente para a execução da extradição, consta Nota Verbal, fls. 253/254, apresentada por via diplomática, através da qual os Estados Unidos da América assumem as obrigações previstas no art. 96 da Lei nº 13.445/2017, em particular a de promover a detração do tempo da prisão para a extradição e a comutação da prisão perpétua em privativa de liberdade no prazo máximo de 30 (trinta) anos, conforme os seguintes termos:

Em segundo lugar, em relação ao Artigo 96(ii), a lei norte-americana prevê que o réu receba crédito pela prestação de uma pena de prisão por qualquer tempo passado em detenção oficial como resultado da infração pela qual a sentença foi imposta, desde que esse tempo não tenha sido creditado em outra sentença. Segundo esta disposição, em um caso em que o réu foi extraditado do Brasil, o tempo cumprido no Brasil aguardando a extradição por um delito federal seria subtraído de qualquer sentença proferida nos Estados Unidos por esse delito. Conseqüentemente, se AMAYA NUNGO for extraditado do Brasil e for considerado culpado, **qualquer sentença de prisão será reduzida pelo tempo que o sujeito ficou preso no Brasil aguardando a extradição**.

Em terceiro lugar, no que se refere ao Artigo 96(iii), o Artigo VI do Tratado prevê que, quando a legislação do Estado requerido não permitir a pena de morte por um crime ou delito específico, como é o caso do Brasil, o Estado requerido não é obrigado a conceder a extradição, a menos que o Estado requerente forneça garantias satisfatórias de que a pena de morte não será imposta. O Governo dos Estados Unidos da América observa o fato de o Tratado não oferecer bases para condicionar as extradições nas garantias relativas a pena máxima em anos. Embora os Estados Unidos não sejam, por esta razão, obrigados a fornecerem garantias solicitadas, em consideração ao pedido do Governo do Brasil e dadas as intenções das autoridades acusatórias competentes, o Governo dos Estados Unidos da América está preparado, neste caso em particular, para informar ao Governo do Brasil o seguinte:

Se AMAYA NUNGO for extraditado do Brasil, a autoridade acusatória competente não buscará uma sentença final que seja superior a trinta anos. Se AMAYA NUNGO for condenado, após a extradição do Brasil, dentro dos limites do sistema constitucional dos Estados Unidos e da estrutura legal aplicável, a autoridade competente tomará todas as medidas razoavelmente disponíveis para satisfazer a garantia solicitada de que AMAYA NUNGO não cumprirá mais que **trinta** anos de prisão.

5. Ante o exposto, presentes os requisitos necessários ao acolhimento da extradição e ausentes quaisquer óbices legais ou convencionais, **defiro o pedido formulado pelo Estado Requerente para conceder a extradição nacional colombiano GUILLERMO AMAYA NUNGO.**

É como voto.

Plenário Virtual - minuta de voto - 04/09/2020 00:00